

POLÍTICA DE INVESTIMENTO – PLANO DE BENEFÍCIOS

**São Bernardo
Previdência Privada**

Vigência: 2011 a 2015

CONTEÚDO

1	INTRODUÇÃO E OBJETIVOS	4
1.1	Vigência da Política de Investimento	4
2	PROCEDIMENTOS INTERNOS	5
2.1	Requisitos de Governança dos Dirigentes da Entidade	5
2.2	Código De Ética	5
2.3	Controles Internos da São Bernardo	5
2.4	Estrutura Organizacional para Tomada de Decisões de Investimentos e Competências	6
2.5	Agentes Fiduciários da Entidade	8
3	MARGENS DE ALOCAÇÃO	11
3.1	Segregação dos Recursos	11
3.2	Alocação de recursos	11
3.3	Maturidade do Plano de Benefícios	12
4	ALOCAÇÃO TÁTICA	13
4.1	Estrutura atual dos veículos de investimentos	13
4.2	Diretrizes para os segmentos de aplicação	13
4.3	Critérios de marcação de ativos	17
4.4	Operações com derivativos	17
4.5	Participação em Assembléias de Acionistas	17
5	AVALIAÇÃO E CONTROLE DE RISCOS	18
5.1	Risco de Mercado	18
5.2	Risco de Crédito	18
5.3	Risco Sistêmico	19
5.4	Risco Operacional	19
5.5	Risco Legal	19
5.6	Risco de Liquidez	19

6	DIVULGAÇÃO	20
	ANEXO A	21

1 INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

Esta Política de Investimento provê uma descrição da filosofia e das práticas de investimento da São Bernardo Previdência Privada. Ela foi desenvolvida para servir como um plano para a gestão dos ativos confiados à Entidade para investimento. A São Bernardo adotará um plano de longo prazo que privilegie diretrizes de preservação de ativos através de processos de investimentos prudentes, assegurando:

- O claro entendimento por parte dos gestores, participantes da São Bernardo, beneficiários, provedores externos de serviços e órgãos reguladores quanto aos objetivos e restrições relativas ao investimento dos ativos da Entidade.
- A existência de um instrumento de planejamento que obrigue a São Bernardo a identificar e definir claramente suas necessidades e seus requisitos por meio de objetivos de retorno, tolerâncias a risco e restrições de investimento. A aplicação de recursos da Entidade objetiva a maximização da rentabilidade dos seus ativos na busca de constituir reservas suficientes para o cumprimento de suas obrigações previdenciárias, considerando os fatores de risco, segurança, solvência e liquidez.
- A existência de critérios objetivos e racionais para a avaliação de classes de ativos, de gestores e de estratégias de investimentos empregados no processo de investimento.
- O estabelecimento de diretrizes aos gestores para que eles conduzam o processo de investimento em conformidade com os objetivos e restrições.
- Independência ao processo de investimento com relação a um gestor específico, isto é, qualquer gestor que venha a conduzir o processo de investimento tem diretrizes bem definidas que devem ser seguidas na construção e no gerenciamento das carteiras.

O objetivo principal da São Bernardo é prover benefícios a seus participantes e beneficiários. Para isto, ela deve acumular e manter as reservas financeiras líquidas necessárias para cumprir estas obrigações, o que pode ser feito de três maneiras distintas: (1) contribuições das Patrocinadoras; (2) contribuições dos participantes da Entidade e; (3) retornos dos investimentos.

1.1 VIGÊNCIA DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O horizonte de vigência dessa Política de Investimentos é de, no mínimo, 60 meses, com revisões anuais. .

2 PROCEDIMENTOS INTERNOS

2.1 REQUISITOS DE GOVERNANÇA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Os administradores da São Bernardo possuem comprovada experiência no exercício de atividade na(s) área(s) financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial, de auditoria, e a inexistência de condenação criminal transitada em julgado ou penalidade administrativa por infração da legislação previdenciária ou na qualidade de servidor público. Não obstante tais atributos, ressaltam, por força da própria legislação e da natureza jurídica de tais entidades, padrões de conduta dos seus administradores como:

- Atuação administrativa e de supervisão voltada para o equilíbrio econômico-financeiro e atuarial do plano de benefício e da Entidade, em compatibilização com os princípios de segurança, liquidez, solvência e proteção aos seus participantes.
- Atuação administrativa nos negócios da Entidade e seu plano de benefício segundo elevados padrões de conduta ética, zelo e diligência, indispensáveis a esta gestão.
- Atuação administrativa em observância à legislação aplicável e às normas estatutárias e regulamentares.
- Exercício do dever de apuração das responsabilidades relativas às infrações eventualmente verificadas no âmbito da Entidade.
- Utilização de cautelas, estudos e postulados técnicos necessários aos processos decisórios, aplicáveis à gestão do plano de benefício.
- Exercício da lealdade com os interesses da Entidade e dos seus participantes.
- Exercício de eficaz comunicação e prestação de informações aos participantes e Patrocinadoras, relativas ao plano de benefício e gestão dos recursos da Entidade, observando-se o saudável princípio da transparência na gestão.
- Buscar constante profissionalização e atualização técnica e profissional.

2.2 CÓDIGO DE ÉTICA

A São Bernardo possui Código de Ética próprio em vigor.

2.3 CONTROLES INTERNOS DA SÃO BERNARDO

2.3.1 NORMAS E PROCEDIMENTOS INTERNOS (DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CGPC Nº 13)

A gestão dos recursos financeiros da São Bernardo é terceirizada. Neste contexto de terceirização, o cálculo do passivo atuarial fica a cargo da Consultoria Mercer, e o serviço de custódia é realizado pelo Itaú. O Conselho Fiscal da São Bernardo faz o acompanhamento da Política de Investimento através do relatório de acompanhamento da Política de Investimento para o Conselho Fiscal. Adicionalmente, a empresa de consultoria Towers Watson produz relatórios sobre composição, enquadramento à legislação, e risco dos investimentos da São Bernardo, além de relatórios comparativos de desempenho vis-à-vis outras entidades fechadas de previdência complementar.

2.3.2 CONTROLE DE RISCO E MONITORAMENTO (DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CGPC Nº 13)

A responsabilidade pelas diretrizes de investimentos é da Diretoria Executiva e os riscos dos investimentos dos recursos são monitorados conforme descrito no item 5 desta Política de Investimento.

2.3.3 MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL (DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CGPC Nº 13)

A São Bernardo em concordância com a Resolução nº 13 do CGPC, através de seu Conselho Fiscal, emitirá relatórios de controles internos, com frequência mínima semestral visando atestar a aderência da gestão dos recursos garantidores do plano de benefício aos seguintes pontos:

- às normas em vigor estipuladas pela São Bernardo.
- à Política de Investimentos da São Bernardo.
- à premissas e hipóteses atuariais.
- à execução orçamentária.

2.4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PARA TOMADA DE DECISÕES DE INVESTIMENTOS E COMPETÊNCIAS

A estrutura organizacional da Entidade compreende os seguintes órgãos para tomada de decisões em relação às aplicações dos recursos :

- Conselho Deliberativo.
- Diretoria Executiva.
- Conselho Fiscal.

A Entidade possui um Comitê de Investimento responsável por dar suporte à Diretoria Executiva no cumprimento de suas responsabilidades relativas à administração do plano.

Configuram atribuições dos órgãos mencionados nos subitens anteriores e do Comitê de Investimento, entre outras cometidas no Estatuto e demais normas da Entidade:

2.4.1 CONSELHO DELIBERATIVO

- Aprovar a macroalocação de ativos, tomando como base o modelo de alocação adotado.
- Aprovar limites de crédito bancário e não bancário.
- Aprovar os limites operacionais e os intervalos de risco que poderão ser assumidos no âmbito da gestão dos recursos garantidores da Entidade, nas diversas modalidades de investimento.
- Aprovar os planos de enquadramento às legislações vigentes.

2.4.2 DIRETORIA EXECUTIVA

- Propor a macroalocação de ativos, tomando como base o modelo de alocação adotado.
- Determinar acerca do número de administradores/gestores externos de renda fixa e (ou) de renda variável.
- Determinar o percentual máximo (com relação ao total da carteira da Entidade) a ser conferido a cada administrador/gestor.

- Determinar o percentual máximo do total de ativos da Entidade a ser gerido como carteira própria.
- Determinar as modificações deste documento, sob referendo do Conselho Deliberativo.
- Propor limites de crédito bancário e não bancário.
- Assegurar o enquadramento dos ativos da Entidade perante a legislação vigente e propor ao Conselho Deliberativo, quando necessário, planos de enquadramento.
- Determinar as características gerais dos ativos elegíveis para a integração e manutenção no âmbito das carteiras da Entidade.
- Aprovar os procedimentos a serem utilizados na contratação ou troca de administradores/gestores de renda fixa e de renda variável, e também de agentes custodiantes.
- Propor os limites operacionais e os intervalos de risco que poderão ser assumidos no âmbito da gestão dos recursos garantidores da Entidade, nas diversas modalidades de investimento.

2.4.3 CONSELHO FISCAL

Compete ao Conselho Fiscal, dentre aquelas previstas no Estatuto Social da São Bernardo:

- Examinar as demonstrações financeiras e os balancetes da São Bernardo e opinar sobre os mesmos, bem como o seu balanço geral;
- Emitir parecer sobre as demonstrações financeira e documentação pertinente, bem como sobre contas e demais aspectos econômico-financeiros da São Bernardo;
- Examinar, a qualquer época, os livros e documentação da São Bernardo;
- Lavrar em livros e Atas, pareceres e o resultado dos exames procedidos;
- Apresentar ao Conselho Deliberativo pareceres, tomando por base as demonstrações financeiras, pareceres de auditoria independente, consultorias financeiras e documentação pertinente, e as contas do exercício da São Bernardo;
- Acusar as irregularidades eventualmente verificadas, sugerindo medidas saneadoras;
- Examinar a documentação relativa à elaboração da Política de Investimento;
- Emitir semestralmente relatórios de acompanhamento da Política de Investimento e de controles internos, de acordo com a Resolução CGPC nº 13;
- Avaliar a aderência da gestão de recursos pela direção da São Bernardo à regulamentação em vigor e à Política de Investimento.

2.4.4 COMITÊ DE INVESTIMENTO

- Analisar e propor à Diretoria Executiva as alterações na Política de Investimentos, proposta anualmente à aprovação do Conselho Deliberativo, bem como as alterações na Política já aprovada e em curso, quando necessárias;
- Monitorar mensalmente a carteira consolidada quanto aos aspectos de enquadramento legal e àqueles relacionados ao desempenho e resultado dessas carteiras, alertando a Diretoria Executiva sobre os eventuais desenquadramentos observados;
- Analisar e acompanhar a política de risco de crédito, apresentando as recomendações julgadas necessárias à Diretoria Executiva levando em consideração os seguintes aspectos:
 - As linhas gerais e as orientações principais referentes à política de risco de crédito a ser seguida pelos investimentos, incluindo, mas não se limitando às

definições do que seja considerado baixo risco de crédito e médio/alto risco de crédito e a aprovação das agências de avaliação de risco com as quais a São Bernardo poderá trabalhar; sempre observados os requisitos mínimos das Políticas de Investimentos aprovadas pelo Conselho Deliberativo;

- Os limites para as operações com risco de crédito bancário;
 - As operações com risco de crédito não-bancário; e
 - O acompanhamento das posições em crédito bancário e não-bancário, incluindo a evolução temporal dos investimentos nessa modalidade.
- Avaliar e acompanhar a política para aplicação dos recursos em renda variável - ações;
 - Certificar de que as exposições em risco de mercado estejam dentro de limites estabelecidos na Política de Investimentos ou em procedimentos gerenciais internos, recomendando as correções caso os limites sejam excedidos;
 - Monitorar todas as propostas de negociação de ativos reais, recebidas pela São Bernardo;
 - Avaliar o processo de seleção e contratação de gestores externos a partir de estudos elaborados pela Diretoria de Investimentos. Além disso, deverá acompanhar e monitorar o desempenho dos gestores de ativos com base em indicadores de desempenho previamente definidos pela Diretoria Executiva, podendo recomendar a substituição de gestores caso não mostrem desempenho adequado;
 - Monitorar o fluxo de caixa de curto prazo do plano de benefícios mantido pela São Bernardo, avaliando as condições para que os compromissos previstos sejam honrados, principalmente no que refere aos Participantes compreendidos nos compromissos de renda vitalícia;
 - Avaliar a conjuntura econômica, relacionando-a com a carteira de aplicações. O Comitê de Investimentos deve também analisar questões relacionadas à formação do cenário econômico, o que deve incluir não só a previsão para um cenário básico, mas também a formação de cenários de estresse;
 - Acompanhar e manter-se atualizado a respeito das novidades do mercado referentes a novos produtos, modalidades de investimento e práticas de gestão;
 - Acompanhar o atendimento das recomendações apresentadas à Diretoria Executiva.

2.5 AGENTES FIDUCIÁRIOS DA ENTIDADE

2.5.1 GESTORES EXTERNOS DE INVESTIMENTOS

TERCEIRIZAÇÃO DA GESTÃO

A Entidade não é especialista em gestão de recursos, e não possui interesse na implementação de modelo de gestão interna de recursos. Dessa forma, o Conselho Deliberativo da Entidade julgou mais eficiente e prudente a contratação de gestores de recursos para administrar os seus ativos nos segmentos de renda fixa, renda variável e estruturados. A totalidade destes recursos será terceirizada por meio de fundos de investimentos (que podem ser não exclusivos e/ou exclusivos) e/ou carteiras administradas.

A Entidade adota a diversificação na gestão dos recursos tomando como critério básico o mínimo de dois gestores.

Os gestores externos de veículos de investimentos exclusivos devem selecionar, comprar e vender os instrumentos financeiros específicos que atendam às políticas e estratégias de investimentos definidas pela Entidade.

Os regulamentos dos veículos de investimentos da Entidade devem considerar, no mínimo, os seguintes pontos:

- Ativos elegíveis.
- Estilo de gestão.
- Diversificação.
- Custos de administração.
- Objetivos de performance, quando aplicável.

PROCESSO DE SELEÇÃO

Os gestores são selecionados dentro de um elenco indicado pela Entidade, de acordo com critérios que levem em consideração:

- Porte do grupo ao qual pertence o candidato.
- Histórico de rentabilidade do investimento proposto em período anterior, igual ou superior a 2 anos.
- Volatilidade apresentada em igual período.

Serão considerados os candidatos classificados no quartil superior de rentabilidade, sendo que a seleção final, entre esses, será por critério onde sejam evidenciados os focos de:

- Risco.
- Nível de operação da instituição com as patrocinadoras.
- Porte da instituição.

O processo descrito acima é aplicável tanto para gestores de renda fixa como de renda variável.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A Entidade adotará critérios para o acompanhamento do desempenho dos gestores escolhidos, resumidamente apresentado abaixo:

As avaliações de desempenho dos gestores fornecerão indicações quanto à continuação ou ao término da gestão terceirizada.

- A Entidade determinará, observado o mandato do gestor, medidas de aderência dos fundos a seus mandatos.
- Será determinado um período para a avaliação do gestor.
- Serão declaradas pela Entidade quais devem ser as metas a serem cumpridas pelo gestor. Deste modo, o gestor terá um prazo para mostrar a qualidade e eficiência de sua gestão.
- Espera-se, sob o aspecto qualitativo, que o gestor atue de forma pró-ativa no sentido de propor inovações e melhorias.

2.5.2 AGENTE CUSTODIANTE

A Entidade terceirizou a custódia de seus ativos considerando os seguintes fatores:

- Foco na performance: através da padronização dos critérios de valorização dos ativos, dos registros contábeis e dos relatórios gerenciais, a custódia centralizada facilita o processo de avaliação dos gestores e dá à Entidade um maior controle sobre a performance de seus ativos.
- Menor risco: através da checagem independente das operações, da centralização dos fluxos de pagamentos e recebimentos e da consolidação das posições, o serviço de custódia centralizada permite uma diminuição dos riscos a que a Entidade é exposta.
- Facilidade de enquadramento legal: a custódia centralizada permite a consolidação dos ativos da Entidade, por gestor e global, fornecendo à Entidade a agilidade necessária para se adequar aos limites.

Outros benefícios foram considerados:

- Padronização das informações e dos critérios de valorização.
- Maior controle sobre os gestores, pelo acompanhamento diário da movimentação de ativos e avaliação de performance.
- Rapidez de informação e atendimento aos órgãos fiscalizadores.
- Agilidade para adaptação às novas legislações.
- Aferição de performance.
- Atendimento à auditoria.
- Redução do trabalho operacional.
- Relatórios padronizados.
- Alimentação do sistema de risco.

O agente custodiante da Entidade é o Banco Itaú S/A.

3 MARGENS DE ALOCAÇÃO

O plano de benefícios da Entidade é do tipo de Contribuição Definida (CD) e oferece aos seus participantes dois perfis de risco: Conservador e Moderado

No perfil conservador, os recursos destinados a este perfil podem ser alocadas até 20% em renda variável. A alocação nesse segmento será resultante do volume de recursos da entidade alocado no segmento de renda variável que exceder os recursos de renda variável do perfil moderado.

No perfil moderado, os recursos do participante são alocados de forma fixa, 80% em renda fixa e 20% em renda variável.

A Entidade poderá alterar a quantidade e características dos perfis de investimento a seu critério, cabendo à mesma os ajustes e comunicações necessários.

3.1 SEGREGAÇÃO DOS RECURSOS

Os ativos da São Bernardo correspondentes, em valor, às reservas de benefícios já concedidos sob a forma de benefícios definidos serão investidos em carteiras compostas por:

- a) Imóveis já pertencentes à carteira de investimentos da entidade na data de 31/12/2006
- b) Outros ativos de renda fixa, que foram definidos através de estudo de alocação que teve o objetivo de minimizar a criação de déficits relativos aos passivos ou o descasamento entre os fluxos dos pagamentos dos benefícios.

O referido estudo de alocação estabeleceu uma carteira formada por aproximadamente 80% de títulos federais indexados à inflação (NTN-B) e o restante alocado em imóveis e fundos de investimento com liquidez. Os títulos federais indexados à inflação serão marcado na curva para fins de contabilização.

Para os recursos referentes ao plano atual, a alocação entre os segmento de aplicação atenderá aos limites da tabela apresentada no item 3.2. Ressaltamos que, conforme as oportunidades de mercado, a entidade pode realocar os seus recursos de acordo com os limites estabelecidos.

3.2 ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos da entidade destinados ao plano de benefícios atual, na forma de contribuição definida, deverá atender aos limites da tabela abaixo.

<i><u>Segmento de aplicação</u></i>	<i><u>Limite inferior</u></i>	<i><u>Limite superior</u></i>
Renda fixa	61,00	100,00
Renda variável	0,00	20,00
Investimentos Estruturados	0,00	10,00
Investimentos no exterior	0,00	0,00
Imóveis	0,00	8,00
Empréstimos e financiamentos	0,00	1,00

Os recursos do segmento de renda fixa devem ser alocados apenas em títulos classificados como de baixo risco de crédito, segundo os critérios definidos no item 5.2 desta Política.

3.3 MATUREZA DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O plano de benefícios da Entidade está em fase de acumulação, ou seja, trata-se de um plano atuarialmente jovem.

4 ALOCAÇÃO TÁTICA

4.1 ESTRUTURA ATUAL DOS VEÍCULOS DE INVESTIMENTOS

Nos segmentos de renda fixa, renda variável e estruturados a Entidade pode utilizar estruturas de carteiras administradas, fundos de investimento exclusivos ou não exclusivos. A escolha do veículo de investimento depende dos custos e retornos associados.

4.2 DIRETRIZES PARA OS SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

A gestão de alocação entre os segmentos de aplicação tem, como objetivo, garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações da Entidade, através da superação de uma meta atuarial de rentabilidade igual à variação do IGP-DI + 6% ao ano. Além disso, ela complementa a alocação estratégica, fazendo as rotações táticas necessárias para superar os objetivos de rentabilidade definidos.

Os investimentos específicos são definidos com base na avaliação risco/retorno no contexto do *portfolio* específico de cada gestor, visando a maximizar o retorno global da Entidade.

A Entidade está predisposta a realizar investimentos em empresas com alto grau de governança corporativa e/ou socialmente responsáveis, respeitando os princípios de diversificação e liquidez e os limites da legislação vigente. Esses investimentos apenas serão realizados caso tragam ganhos de rentabilidade para a carteira em função do risco assumido.

Anexo A contém tabela com os vários limites de alocação e concentração da legislação vigente e para o plano gerido pela São Bernardo.

4.2.1 SEGMENTO DE RENDA FIXA

a. Benchmark

Para o segmento de renda fixa como um todo, definiu-se 100% da taxa SELIC como *benchmark* líquido de taxa de administração. Assim, espera-se que os investimentos nesse segmento acompanhem a variação desse índice. Para a parcela de recursos destinada aos benefícios definidos alocada em títulos federais indexados à inflação, não será utilizado um *benchmark* por se tratar de uma gestão passiva.

A gestão de recursos nesse segmento será ativa, com o objetivo de superar o *benchmark*, no curto, médio e longo prazos.

b. Critérios para alocação de recursos (ativos elegíveis)

Detalhamos, a seguir, os ativos que poderão ser adquiridos ao longo do período de vigência dessa Política de Investimento.

No caso de fundos de investimentos não exclusivos, são permitidos investimentos em ativos de renda fixa de acordo com os limites legais e diretrizes estabelecidas pela legislação vigente.

No caso de fundos de investimentos exclusivos, é importante ressaltar que a Entidade não permite a presença de Títulos Públicos Estaduais ou Municipais em sua carteira. Os regulamentos de tais fundos devem obedecer, no mínimo, as diretrizes abaixo:

1. Os recursos do fundo serão aplicados em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, exceto Títulos de Desenvolvimento Econômico (TDE) e quotas de Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), nos limites estabelecidos pela legislação pertinente, sendo permitidas operações com os seguintes títulos:

- 1.1. Títulos e valores mobiliários de emissão do Banco Central do Brasil e/ou do Tesouro Nacional, excluindo Moedas de Privatização, Títulos Securitizados, Títulos da Dívida Agrária e outros títulos lastreados em títulos não oriundos de emissões do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil.
- 1.2. Títulos e valores mobiliários de Renda Fixa de emissão ou coobrigação de Instituições Não Financeiras, excluindo Notas Promissórias, “Commercial Papers” e Letras de Câmbio - observado o disposto na política de risco de crédito definida no regulamento do fundo.
- 1.3. Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Recibos de Depósito Bancário (RDBs), Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGEs), sempre de Renda Fixa, de emissão ou coobrigação de Instituições Financeiras que não o Banco Central do Brasil observado o disposto na política de risco de crédito definida no regulamento do fundo e na legislação vigente.
2. As operações com derivativos poderão ser realizadas, desde que para proteção da carteira ou para posicionamento que vise a buscar os objetivos de investimentos da carteira.
3. O volume negociado em derivativos não poderá ultrapassar os limites legais estabelecidos pela regulamentação aplicável às entidades fechadas de previdência complementar.
4. É vedada a realização de operações com derivativos que gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido ou venda a descoberto, não podendo tais operações resultarem em perdas superiores aos valores investidos pela carteira do fundo.
5. O fundo deve manter, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos seus recursos investidos em títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil.
6. O fundo só poderá realizar operações que o exponham direta ou indiretamente aos seguintes indexadores
 - 6.1. Posições Pré Fixadas.
 - 6.2. Posições em taxa CDI.
 - 6.3. Posições em taxa SELIC.
 - 6.4. Posições indexadas a índices de inflação.
 - 6.5. Posições em dólar.
 - 6.6. Posições em euro.
7. Quaisquer outros indexadores que venham a ser criados no mercado precisarão de prévia autorização da Entidade antes que venham a integrar a carteira do fundo. Tal autorização deve ser manifestada na Assembléia Geral do fundo.
8. O fundo não estará exposto a ativos considerados de renda variável, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes. Serão permitidas apenas as operações de venda a termo de ações, desde que, caracterizadas como operações de renda fixa garantida.
9. O fundo poderá aplicar até 5% do seu Patrimônio Líquido em títulos de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica não-financeira, de seu controlador, de sociedades por ele, direta ou indiretamente controladas, de suas coligadas ou outras sociedades sob controle comum. O limite máximo de aquisição de uma determinada emissão não poderá exceder 20% do total da emissão.
10. O fundo não realizará operações de day-trade, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia.

11. O fundo poderá manter operações compromissadas até no máximo em 10% do Patrimônio Líquido do fundo, desde que lastreadas em títulos públicos federais.
12. Os títulos e valores mobiliários classificados no segmento de renda fixa devem, preferencialmente, ser negociados por meio de plataformas eletrônicas administradas por sistemas autorizados a funcionar pelo Bacen ou pela CVM, nas suas respectivas áreas de competência, observados os critérios estabelecidos pela Res. CGPC no. 21 de 25 de setembro de 2006.

4.2.2 SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL

a. Benchmark

Para os recursos aplicados neste segmento será definido o IBrX como *benchmark*. A gestão de recursos nesse segmento será ativa, com o objetivo de superar o *benchmark*, líquido da taxa de administração, no curto, médio e longo prazos.

A gestão de recursos nesse segmento será feita através de carteiras administradas, que desenvolvam uma administração ativa. Entretanto, esta Entidade não descarta a possibilidade destes recursos serem alocados em carteira própria e/ou fundos de investimento. No caso de alocação de recursos em carteira própria, a Entidade definirá a estratégia de formação do preço ótimo para investimento e desinvestimento.

b. Critérios para alocação de recursos (ativos elegíveis)

No caso de fundos de investimentos não exclusivos, são permitidos investimentos em ativos de renda variável de acordo com os limites legais e diretrizes estabelecidas pela legislação vigente e demais regulamentações aplicáveis às EFPCs.

No caso de carteiras administradas, os contratos devem obedecer, no mínimo, às diretrizes abaixo:

1. As aplicações da carteira subordinar-se-ão aos requisitos de composição estabelecidos no contrato, aplicando seus recursos nas classes de ativos abaixo relacionadas, devendo ser observados, ainda, isolada ou cumulativamente, os limites mínimos e máximos de aplicação em cada uma:
 - 1.1. No máximo 10% do valor líquido da carteira em títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil, ressalvado o disposto nos itens 5 e 6, representando o saldo percentual do valor líquido da carteira.
 - 1.2. No máximo 5% do valor líquido da carteira em operações compromissadas, desde que lastreadas em títulos públicos federais
 - 1.3. No máximo 20% do valor líquido da carteira em posições em mercados de derivativos envolvendo contratos referenciados em ações ou índices de ações, garantidas pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
 - a) As operações com derivativos serão realizadas com o seguinte objetivo, observados os limites e restrições elencados acima:
 - (i) Proteção dos ativos integrantes da carteira, até o valor da posição à vista que se busca proteger.
 - (ii) É vedado ao ADMINISTRADOR a realização de operações com derivativos que representem alavancagem da carteira ou venda a

descoberto, não podendo, portanto, as operações com derivativos autorizadas para a carteira resultar em perdas superiores aos valores investidos para a carteira.

- (iii) A definição do prazo das operações com derivativos ficará a critério do ADMINISTRADOR.
2. A carteira poderá efetuar aplicações em ações de emissão do ADMINISTRADOR ou de empresas a ele ligadas, desde que limitadas ao percentual de participação destas ações no índice IBrX.
 3. A carteira não realizará operações que possam ser caracterizadas como day trade, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia.
 4. Somente podem integrar a carteira títulos ou valores mobiliários de renda fixa registrados em sistemas de negociação, compensação e liquidação administrados por entidades autorizadas pela CVM.
 5. Títulos de Renda Fixa podem integrar a carteira somente se estiverem enquadrados nas seguintes restrições:
 - a) Títulos Públicos Federais, excluídas moedas de privatização e títulos da dívida agrária, que constem em uma lista a ser apresentada a Entidade para sua prévia autorização.
 - b) Não serão permitidos ativos de renda fixa cujos emissores sejam instituições financeiras, não financeiras, estados ou municípios.

4.2.3 SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

As regras de investimento neste segmento devem seguir o estabelecido na legislação vigente.

Os investimentos em cotas de fundos de investimento multimercado deverão atender às seguintes orientações:

- A aquisição de cotas desses tipos de fundo multimercado somente poderá ser realizada mediante autorização prévia da Entidade.
- Deverão ser fornecidas informações sobre estratégia de investimento do fundo, objetivos e expectativas de retorno, riscos envolvidos, liquidez do investimento, custos de administração e performance.
- O gestor do fundo deverá fornecer à entidade, sempre que solicitado, a composição da carteira e um relatório das estratégias adotadas.

4.2.4 SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

Investimento não previsto.

4.2.5 SEGMENTO DE IMÓVEIS

a. Benchmark

Para o segmento de imóveis, a Entidade não definiu nenhum tipo de *benchmark*, já que o mercado não oferece um *benchmark* relevante para esse segmento. No entanto, a Entidade avalia a carteira em função de sua meta atuarial.

b. Critérios para alocação de recursos (ativos elegíveis)

A Entidade alocará recursos nesse segmento com a finalidade única e exclusiva de obter rendimentos de aluguéis. Os imóveis adquiridos para investimentos devem manter as seguintes características:

- Preservação do capital inicial.
- Valorização.

4.2.6 SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A São Bernardo poderá conceder empréstimos aos seus participantes ao longo da vigência desta Política de Investimento. A taxa de concessão aplicada deverá ser, pelo menos, a maior entre o benchmark dos investimentos em renda fixa (Taxa Selic) e a meta atuarial da Entidade acrescida dos custos envolvidos com a gestão dos empréstimos, conforme definido pela legislação vigente.

4.3 CRITÉRIOS DE MARCAÇÃO DE ATIVOS

Todos os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras de investimentos da Entidade ou fundos de investimentos nos quais são aplicados recursos da Entidade devem ser marcados a mercado, com exceção dos ativos destinados à parcela de benefício definido.

4.4 OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS

A São Bernardo estabelece que os limites utilizados para o uso de derivativos de renda fixa e de renda variável devem respeitar os limites legais estabelecidos pela legislação vigente.

Outros limites e diretrizes podem ser impostas pela São Bernardo em regulamentos e mandatos específicos de veículos de investimentos exclusivos.

Os gestores deverão enviar relatórios mensais com informações sobre a avaliação prévia dos riscos envolvidos e a manutenção de controles adequados às operações realizadas. Também deverão ser informadas as margens de garantias depositadas e os prêmios de opção pagos.

4.5 PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLÉIAS DE ACIONISTAS

A Entidade decidiu que não participará diretamente de quaisquer assembleias de acionistas das companhias onde mantenha aplicações. Essa decisão foi tomada nas seguintes bases:

- Os recursos investidos pela Entidade no segmento de renda variável são geridos por instituições devidamente cadastradas, registradas e autorizadas pelo Banco Central do Brasil e/ou Comissão de Valores Mobiliários para a prestação de serviços especializados de gestão de recursos.
- A relação entre a Entidade e seus gestores encontra-se lastreada em contrato específico formalizado entre as partes.
- Os gestores de recursos possuem poderes discricionários para a compra e venda de ações na carteira da Entidade. O contrato de gestão entre a Entidade e seus gestores confere poderes aos gestores para toda e qualquer decisão de investir e resgatar investimentos em ações.
- O principal motivo que levou a Entidade a contratar gestores profissionais foi obter a melhor qualidade na gestão de recursos; portanto, a Entidade possui total convicção de que seus interesses serão sempre observados pelos gestores e que, sempre que sua participação em assembleias de acionistas se fizer necessária, seus gestores a representarão.
- Os gestores da Entidade se encontram melhor preparados tecnicamente para participar das assembleias que julgarem convenientes.

5 AVALIAÇÃO E CONTROLE DE RISCOS

Nesse tópico, apresentaremos a política de controle de riscos da Entidade, no que concerne a risco de mercado, risco de crédito, risco sistêmico, risco operacional, risco legal e risco de liquidez.

5.1 RISCO DE MERCADO

5.1.1 SEGMENTO DE RENDA FIXA

O risco do segmento de renda fixa será medido pelo VaR da carteira da entidade, considerando o período de 21 dias úteis e intervalo de confiança de 95%. O nível de risco máximo aceitável é de 2,0%.

5.1.2 SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL

O risco do segmento de renda variável será medido a partir do benchmark VaR entre a carteira da entidade e a carteira teórica do IBrX, considerando o período de 21 dias úteis e intervalo de confiança de 95%. O nível de risco relativo máximo aceitável é de 8,0%

5.2 RISCO DE CRÉDITO

A Entidade controlará o risco de crédito não-bancário e o risco de crédito bancário (instituições financeiras) como mostra a tabela abaixo, sempre respeitando os limites e as restrições legais.

Para classificar o risco de crédito das emissões não-bancárias e bancárias que compõem a carteira da Entidade, a mesma fundamentará suas decisões em ratings estabelecidos pelas seguintes agências:

- Moody's.
- Standard & Poor's.
- SR Rating.
- Fitch.
- Lopes Filho & Associados (apenas para crédito bancário).
- Austin.

Para que fique claro quando uma emissão é considerada de baixo risco de crédito, a Entidade apresenta, a seguir, quais são os níveis considerados como de baixo risco de crédito pela Entidade.

Agência de Classificação de Risco de Crédito	Ratings Considerados de Baixo Risco de Crédito Não-Bancário e Bancário pela Entidade
FITCH	F1(bra), F2(bra), F3(bra), AAA+(bra), AAA (bra), AAA- (bra), AA+(bra), AA (bra), AA- (bra), A+(bra), A (bra), A- (bra), BBB+ (bra), BBB (bra), BBB-(bra)
SR RATING	sr AAA, sr AA+, sr AA, sr AA-, sr A+, sr A, sr A-, br AAA, br AA+, br AA, br AA-, br A+, br A, br A-
MOODY'S	BR-1, BR-2, Aaa1.br, Aaa2.br, Aaa3.br, Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br, A1.br, A2.br, A3.br, Baa1.br, Baa2.br, Baa3.br
STANDARD & POOR'S	brA-1, brA-2, brA-3, brAAA+, brAAA, brAAA-, brAA+, brAA, brAA-, brA+, brA, brA-, brBBB+, brBBB, brBBB-
AUSTIN	AAA, AA, A
LOPES FILHO	AAA, AA+, AA, AA-, A+, A, A-

É importante ressaltar que, se duas ou mais agências classificarem o mesmo papel, a Entidade adotará, para fins de classificação de risco de crédito, àquela mais conservadora. A Entidade pode restringir ainda mais sua política de risco de crédito em regulamentos e mandatos específicos de veículos de investimentos exclusivos.

5.3 RISCO SISTÊMICO

O sistema financeiro está permeado por risco sistêmico, isto é, pela possibilidade de um choque localizado ser transmitido ao sistema financeiro como um todo e, eventualmente, levar a um colapso da própria economia. O contágio refere-se ao risco de que problemas em dada instituição venham a contagiar todo o mercado, mesmo que as demais instituições estejam tomando cuidados para manter a solidez de suas operações.

Os valores dos ativos podem ser afetados por condições econômicas nacionais, internacionais e por fatores exógenos diversos, tais como interferências dos órgãos reguladores nos mercados, moratórias, alterações da política monetária ou da regulamentação aplicável aos ativos, entre outros, podendo, eventualmente, causar perdas nas carteiras/ fundos da Entidade.

O gerenciamento do risco sistêmico deve ser realizado pelos gestores buscando sempre minimizar esta exposição.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional decorre da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e operações, bem como de falhas nos controles internos, fraudes ou qualquer tipo de evento, não previsto, que torne impróprio o exercício das atividades da instituição, resultando em perdas inesperadas.

A entidade identifica, avalia, controla e monitora de forma contínua os riscos operacionais que possam ocorrer em seus processos internos e requer que seus prestadores de serviço também tenham processos que visem minimizar esse tipo de risco.

5.5 RISCO LEGAL

O risco legal está associado ao cumprimento da legislação vigente e às regras determinadas por essa política. Os contratos devem conter cláusulas específicas para garantia desses compromissos.

5.6 RISCO DE LIQUIDEZ

A Entidade, continuamente, procederá o gerenciamento do risco de liquidez. Como prudência, a mesma manterá um percentual mínimo de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata. Com a adoção dessa política, a Entidade visa a eliminar a possibilidade de que haja qualquer dificuldade em honrar seus compromissos previdenciais no curto prazo.

6 DIVULGAÇÃO

A divulgação aos participantes do conteúdo deste documento e do resultado dos investimentos a ele associados deve cumprir os prazos estabelecidos pela legislação em vigor.

Esta política entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011, podendo ser revista a qualquer momento pela São Bernardo Previdência Privada dentro das regras estabelecidas pelo Estatuto da Entidade, e comunicada por escrito à Instituição Financeira administradora dos seus recursos.

ANEXO A

Alocação dos Recursos de Cada Plano	Res. CMN 3792		Plano			
	Limites	Sublimites	Limites	Sublimites		
1. Renda Fixa	100%		61% a 100%			
Titulos do Tesouro Nacional (TTN)	100%	100%	60% a 100%			
Outros de Ativos Renda Fixa (excluindo titulos públicos)	80%	80%	40%	40%		
CCB, CCCB e Notas Promissórias		20%		5%		
NCE e CCE		20%		0%		
FIDC e FICFIDC		20%		20%		
CRI		20%		0%		
CCI		20%		0%		
CPR, CDCA, CRA e Warrant Agropecuário (WA)		20%		0%		
Demais titulos e valores mobiliários de emissão de companhia aberta		20%		5%		
2. Renda Variável		70%		0% a 20%		
Novo Mercado		70%		70%	20%	20%
Nível 2	60%		17%			
Bovespa Mais	50%		14%			
Nível 1	45%		13%			
Demais companhias de capital aberto	35%		10%			
Fundo de Índice Referenciado em Ações admitidas à negociação em bolsa de valores	35%		10%			
Titulos de emissão de SPE	20%		0%			
Demais investimentos de renda variável	3%		0%			
3. Investimentos Estruturados	20%		0% a 10%			
Fundos de Participações	20%		20%	10%		0%
Fundos de Empresas Emergentes		20%	0%			
Fundos de Investimento Imobiliário		10%	0%			
FI ou FIC multimercado		10%	10%			
4. Investimentos no Exterior	10%		0%			
Ativos emitidos no exterior pertencentes a fundos constituídos no Brasil	10%	10%	0%	0%		
FI e FIC Dívida Externa		10%		0%		
Fundos de índice estrangeiros negociados em bolsa no Brasil		10%		0%		
Certificados de depósito de valores com lastro em ações de cias estrangeiras (BDR)		10%		0%		
Ações de Cias sediadas no Mercosul		10%		0%		
5. Imóveis	8%		0% a 8%			
Empreendimentos imobiliários	8%	8%	8%	8%		
Imóveis para aluguel e renda		8%		8%		
Outros imóveis		8%		8%		
6. Operações com Participantes	15%		0% a 1%			
Empréstimos	15%	15%	1%	1%		
Financiamentos Imobiliários		15%		1%		

Diversificação de Risco		
Alocação por Emissor*	Res. CMN 3792	Plano
	Limites	Limites
Tesouro Nacional	100%	100%
Instituição Financeira autorizada pelo BC	20%	10%
Depósitos em poupança e as coobrigações de responsabilidade da Instituição Financeira	20%	0%
Tesouro Estadual ou Municipal	10%	0%
Companhia aberta com registro na CVM	10%	5%
Organismo Multilateral	10%	5%
Companhia Securitizadora	10%	0%
Patrocinador do Plano de Benefícios	10%	5%
FIDC e FICFIDC	10%	5%
Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de companhias abertas	10%	10%
SPE	10%	0%
FI ou FIC do Segmento de Investimentos Estruturados	10%	5%
Demais emissores	5%	2%
Auto-alocação em renda fixa**	-	10%

* Integrantes de um mesmo conglomerado econômico ou financeiro, bem como as suas controladas pelos tesouros estaduais ou municipais

** Títulos de renda fixa de emissão do próprio gestor ou de empresas coligadas diretamente.

Concentração por Emissor		
Capital total de uma mesma companhia aberta ou SPE	25%	20%
Capital votante de uma mesma companhia aberta	25%	20%
Patrimônio líquido de uma mesma Instituição Financeira	25%	10%
Patrimônio líquido de um mesmo:		
Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Abertas	25%	10%
FI do Segmento de Investimentos Estruturados	25%	10%
FI do Segmento de Investimentos no Exterior	25%	0%
Fundo de Índice do Exterior admitido à negociação em bolsa de valores do Brasil	25%	0%
Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário	25%	10%
Concentração por Investimento		
Mesma série de títulos ou valores mobiliários	25%	10%
Mesma classe ou série de cotas de FIDC	25%	10%
Mesmo empreendimento imobiliário	25%	10%
Derivativos		
Derivativos - depósito de margem	15% da posição em TTN, Tit. De IF ou ações do Ibovespa	15% da posição em TTN, Tit. De IF ou ações do Ibovespa
Derivativos - valor total dos prêmios	5% da posição em TTN, Tit. De IF ou ações do Ibovespa	5% da posição em TTN, Tit. De IF ou ações do Ibovespa